

## **PROGRAMA DE GOVERNO**

**Maringoni governador**

**Professora Hildete vice**

**Frente de Esquerda PSOL-PSTU**

Introdução:

O programa de governo que a Frente de Esquerda aqui apresenta busca evidenciar a principal questão em disputa neste processo eleitoral: o papel do Estado.

Esse tópico, na maioria das vezes, não é explicitado ao longo das campanhas.

Os candidatos, em geral, esmeram-se em apresentar pretensas soluções para as áreas mais sensíveis da administração pública, como saúde, educação e transportes, virtualmente estanques entre si.

Trata-se de um jogo de faz-de-conta, como se a saída estivesse no número de escolas, de unidades de saúde ou no reaparelhamento deste ou daquele setor. Ou seja, aparentemente os dilemas do estado de São Paulo bem poderiam ser resolvidos através de técnicas gerenciais mais eficientes.

Não haveria escolhas a serem feitas, setores mais ou menos beneficiados por determinadas orientações de governo. Em uma palavra, não haveria política.

O período eleitoral se torna, então, uma espécie de mercadinho de soluções tão engenhosas quanto particularistas.

Como o ordenamento dos programas em geral é feito a partir de pesquisas de opinião pública e são guiadas pelos trâmites do *marketing* político, ao eleitor caberia escolher dentre a melhor propaganda, aquela que lhe parece mais sedutora.

As candidaturas dos maiores partidos, em maior ou menor grau, apresentam soluções gerenciais para os grandes problemas do estado. Todas são muito parecidas entre si.

Assim, os problemas são tratados apenas de forma cosmética e superficial, sem que as candidaturas tenham coragem ou independência suficiente para propor medidas necessárias para tornar o transporte público e demais serviços também públicos – saúde, educação, segurança e outros – mais eficientes e com melhor qualidade.

### **Quem paga a conta**

Nosso programa mostra que setores se beneficiam e quais não serão com determinadas orientações políticas.

Nosso objetivo é abrir uma nova etapa de desenvolvimento em nosso estado. Desenvolvimento não se limita ao crescimento das riquezas, mas também em combater a desigualdade social, invertendo prioridades, numa perspectiva socialista.

O Estado joga um papel fundamental nessa política, pois é o agente capaz de captar, sintetizar, materializar e universalizar tal política, desde que impulsionado pela força social dos trabalhadores e da maioria da população.

Para definir os atores sociais de uma empreitada dessa natureza, é preciso apontar o que se quer e onde se deseja chegar. A estratégia de transformação conformará a frente de interesses e de interessados, deixando claro quais os beneficiados com o processo.

Desenvolvimento transformador depende de vontade coletiva, da identificação de quem seriam seus agentes e sua base social. Sempre vale perguntar a quem interessa este ou aquele tipo de desenvolvimento, para se definir seus rumos.

Desenvolvimento significa mudar o caráter e o papel do Estado.

Mudar o papel do Estado significa democratizá-lo e aumentar sua capacidade de planejamento e intervenção na atividade econômica, colocando-o a serviço dos trabalhadores e da maioria da população.

Significa – no caso do estado de São Paulo - retomar o controle de áreas essenciais, como serviços públicos de saúde, educação e transportes, revertendo o processo de privatização que ocorreu no estado. E significa dotar o poder público de instrumentos de participação popular nas decisões de diversas áreas.

Significa ter em mente que em nenhum momento da História o desenvolvimento e a justiça social foram obra das forças de mercado.

### **O que se pretende**

Em linhas muito gerais, pode-se dizer que nosso projeto de desenvolvimento é para os trabalhadores e deve garantir, entre outros tópicos, emprego, renda e acesso à cultura para a maioria da população, a melhoria dos serviços públicos, uma rede de proteção social eficiente, reforma agrária e urbana, um estímulo à produção sem isenção às empresas, uma reforma tributária progressiva sobretaxando as grandes fortunas, uma expansão econômica ecologicamente sustentável e uma inserção soberana do país no mundo, visando mudanças estruturais em uma perspectiva socialista.

Desenvolvimento não é consenso. Implica disputa de rumos e é preciso enfrentar os interesses das elites, grandes empresas e bancos.

### **Dimensão ambiental**

Há uma característica nova a se considerar na conformação de um projeto de desenvolvimento. Trata-se de sua dimensão ambiental. É preciso estabelecer como premissa um modelo ecologicamente sustentável, que no médio prazo possa reduzir sua dependência dos combustíveis fósseis, do transporte individual e da ação predatória sobre a natureza, especialmente a da Amazônia.

Há que se estabelecer uma rigidez maior à obediência da legislação ambiental e reduzir a influência de setores predadores do agronegócio nas instâncias de governo. A luta contra o aquecimento global, a preservação da biodiversidade e a resolução dos problemas hídricos e alimentares passa por uma política que coloque limites à sistemática destruição da natureza e institua punição rigorosa às empresas que causarem danos ambientais.

Desenvolvimento não é uma fórmula e não tem manual. É um projeto coletivo. Depende das injunções históricas, do ambiente interno ao país, das condições da economia mundial e de decisões na esfera política. Não existem atalhos.

## **Desprivatizar o Estado**

Se tentarmos sintetizar em uma frase as diretrizes políticas adotadas em São Paulo nos últimos vinte anos de governos do PSDB, podemos dizer que elas têm um foco principal: a privatização do Estado.

Privatizar o Estado significa não apenas vender empresas e ativos, mas consolidar seu caráter de classe.

Significa reduzir investimentos, destinar maiores parcelas dos orçamentos e distribuir lucros e dividendos de empresas ainda públicas a investidores particulares.

Assim, a viga mestra de nosso programa deve necessariamente ser: recuperar a capacidade de investimento, planejamento e intervenção do poder público. Tendo em mente ser necessário democratizar e tornar de fato público o Estado.

Nossa plataforma é baseada nas demandas dos excluídos e dos movimentos sociais. É baseada no formidável impulso social das manifestações de junho de 2013, que se desdobra em potência social organizada, em 2014.

## **Lutas sociais**

Assistimos no último ano e meio a uma vigorosa retomada da luta social, marcada por movimentos sociais e pelo aumento das manifestações organizadas, que tem como símbolo as chamadas jornadas de junho de 2013.

O que dá o tom geral das reivindicações é a melhoria dos serviços públicos e a garantia dos direitos sociais, como saúde, educação, mobilidade e segurança. Após o momento mais maciço (e difuso), as reivindicações passaram a aparecer de forma mais organizada, através de sindicatos e organizações políticas das mais diversas, ou ainda em torno de pautas bem definidas.

Há, além disso, um claro descontentamento de largos contingentes da população com a política institucional. As pessoas começam a perceber que a democracia de mercado que temos está cada vez mais distante das necessidades daqueles que deveria representar e cada vez mais próxima dos interesses das grandes empresas que financiam as campanhas eleitorais.

O rechaço à corrupção é a forma mais visível desse sentimento de negação ao político e à política, que é cada vez mais impregnado no senso comum do povo. Essa crise de representação, em verdade, é muito mais profunda e demonstra o esgotamento de um modelo de representação que precisa mudar.

Esse descontentamento, aliado ao quadro de desaceleração econômica que toma conta do país, se expressa nas pesquisas eleitorais. Essas mostram um quadro de abstenção ou anulação do voto em 30% do total de eleitores. É um quadro inédito entre nós.

## **Liberdade e direitos**

Nessa onda de mobilização social, entre diversos outros temas com importância na agenda política, a questão da liberdade ganha força.

A Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) defende setores historicamente oprimidos, como negros, indígenas, homossexuais e mulheres. Nesse contexto, defendemos a descriminalização do aborto e da maconha.

Por fim, entendemos que a forma de atender às reivindicações de junho ao mesmo tempo em que enfrentamos os principais problemas do estado é combater a privatização generalizada que os tucanos promoveram ao longo

de duas décadas. A busca pela reversão das privatizações de empresas prestadoras de serviços públicos é matriz essencial para a retomada de um desenvolvimento voltado para as maiorias.

Propomos o fim da precarização do trabalho. Emprego digno para todos. Fim da terceirização e da rotatividade no emprego. Aplicação da Convenção 158 da OIT e redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

### **Os vinte anos de privatária**

São Paulo é governado há mais de vinte anos pelo PSDB, que fez da região um laboratório de políticas de desestatização.

A crise de abastecimento é um exemplo emblemático. Transformada em uma empresa de economia mista, agora preocupada em gerar lucros para seus acionistas, a Sabesp não realizou os investimentos necessários, diminuiu seu quadro funcional e, agora, não é mais capaz de atender satisfatoriamente o fornecimento de água. Chega ao cúmulo de oferecer a um terço dos paulistas – cerca de 14 milhões de pessoas - água do volume morto dos reservatórios da Cantareira, potencialmente perigosa para a saúde.

O ímpeto privatista dos tucanos converteu-se em um modelo de governo, em que privatização, autoritarismo e clientelismo são os pilares da gestão.

### **No Governo Federal a lógica é a mesma**

Nestes 12 anos de governo do PT, a privatização também fez parte de sua política. Aconteceram inúmeros leilões das bacias de petróleo, incluindo a privatização, através de concessões, de parte do pré-sal, além de privatizações de aeroportos, portos e rodovias.

### **Autoritarismo e violência**

Outra face do ultraliberalismo dos governos tucanos em São Paulo é o desrespeito aos movimentos sociais, aos direitos humanos e até mesmo à Assembleia Legislativa. A tática é a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza (como nos casos dos metroviários e de Pinheirinho).

No entanto, esse mesmo governo tem várias denúncias de corrupção. Os controles sobre estado e administração indireta foram diminuídos, para atender interesses particulares de Organizações Sociais e diretorias de Fundações. Para manter as aparências, o governo gastou neste ano (eleitoral) mais com propaganda (R\$ 238 milhões) do que com saúde, educação e segurança (R\$ 218 milhões).

Esse modelo de gestão privatista e autoritário está se esgotando. A Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) apresenta aqui um programa de governo de mudança, antagônico ao programa privatista dos tucanos, bem como do PMDB e do PT.

## **1. Economia e desenvolvimento**

Os graves problemas que o estado de São Paulo enfrenta não são fruto do acaso. Resultam de vinte anos de gestões tucanas, marcadas pela privatização do patrimônio público, pela falta de investimento – em favor de

uma duvidosa “austeridade fiscal” –, por sólidas denúncias de corrupção e pelo autoritarismo e violência contra os de baixo.

O projeto privatista avançou muito em São Paulo. Quase todos os ativos foram vendidos, as empresas que não foram diretamente privatizadas foram transformadas em economia aberta, agora privilegiando o lucro em detrimento da qualidade dos serviços, a terceirização tornou-se forma de contratação privilegiada. As Parcerias-Público-Privado desoneram o setor privado de uma série de obrigações e oferecem negócios onde o Estado assume todos os riscos e o capital todos os lucros. As Organizações Sociais assumem a gestão da saúde, e agora o governo quer estender esse modelo para a gestão de diversos setores.

Com isso, realizamos uma enorme transferência de renda para o setor privado, vendendo o patrimônio público a preço de banana e garantindo excelentes condições, às expensas do dinheiro público, para algumas grandes empresas, como nos mostram os casos dos pedágios e do Metrô. O caráter público dos serviços fica comprometido, já que passam a ser tratados como uma mercadoria, e o Estado passa a funcionar para atender os interesses do capital especulativo, do agronegócio e da grande indústria.

Apesar do desmonte promovido, a situação se agravou. A dívida pública aumentou e o Estado está com menor capacidade de investimento. São Paulo – assim como a União e outros estados brasileiros – organiza parte de suas finanças de modo a assegurar, em primeiro lugar, o retorno do capital e, secundariamente, realizar suas tarefas de gestor dos bens e das políticas públicas.

A estrutura tributária do estado é bastante regressiva, por basear a arrecadação principalmente no ICMS, imposto que recai sobre o consumo e não sobre a renda. A sonegação e as isenções fiscais, algumas justificadas pela "guerra fiscal", agravam esse quadro.

São Paulo foi uma espécie de campo de provas das políticas privatistas nos anos 1990. Aqui foi vendida a Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), as distribuidoras e transmissoras de energia, as estradas estaduais (sob o manto de “concessão”). Aqui vendeu-se o maior banco estadual, o Banespa. E aqui vendeu-se quase metade da Sabesp.

Nesse último caso, a empresa que era totalmente estatal, teve seu capital aberto em 1994 e se tornou uma empresa de capital misto. Hoje, 50,3% de seu controle acionário estatal estão na mão de investidores privados. Qual o problema? O problema é que metade de seu lucro agora é apropriado privadamente. Assim, ao invés de investir na empresa, se garante que esse montante acabe nas mãos de investidores privados e especuladores nas bolsas de valores. Isso sem falar nas denúncias de malversação de fundos que estão na imprensa.

O caso do transporte também é sintomático.

Se compararmos com metrópoles de países da periferia, que assentaram seus trilhos no mesmo período, como Seul e Cidade do México, a brasileira faz feio. Os dois municípios estrangeiros têm, respectivamente 287 e 226 quilômetros de vias, que cobrem boa parte da malha urbana.

O ritmo de construção diz muito sobre a dinâmica dos investimentos. Nos primeiros 17 anos de operação – entre 1974 e 1991 – foram implantados 57 quilômetros de linhas. Um ritmo de 3,35 quilômetros por ano. Nos 22 anos seguintes - entre 1992 e 2014 – foram assentados apenas mais 18 quilômetros. Aqui, o ritmo desabou para 770 metros por ano.

Este segundo período coincidiu com as administrações do PSDB, que fizeram do ajuste fiscal e da falta de investimentos sua pedra de toque.

Assim, uma política de desenvolvimento na área de infraestrutura deve necessariamente contemplar:

- A Frente de Esquerda defende a reestatização das empresas estratégicas e a retomada do pleno controle estatal e público de empresas como o Metrô e a Sabesp. Defende também o fim das parcerias público-privadas e das OS's (Organizações Sociais) no serviço público e a revisão dos contratos irregulares e fraudulentos que envolvem outras privatizações.
- Que o governo do estado se posicione contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e ajude a somar esforços para a criação da Lei de Responsabilidade Social, que priorize os direitos sociais e o funcionalismo público;
- Que o governo do estado evide esforços por uma Reforma Fiscal e Tributária que desonere os mais pobres e taxe o grande capital ;
- Defesa do transporte público de qualidade como direito básico da população a ser garantido pelo Estado.

Garantir a mobilidade através da tarifa social, rumo à tarifa zero.

- O mesmo se dá em outras áreas da infraestrutura, como transportes e outras que estejam na alçada no estado de São Paulo;
- Replanejamento do transporte público sob responsabilidade do estado (metrô, trens, tróleibus intermunicipal e transporte leve sobre trilhos). São áreas que demandam investimento, planejamento e o fim da lógica privada;
- Investimento massivo no sistema metro-ferroviário, como modal básico de transporte público e de carga;
- Fim às concessões de rodovias. Não houve investimentos significativos nessas quase duas décadas de regime de concessão que justifiquem altos preços de pedágios e a gestão privada;
- Cobrança de IPVA de barcos e aeronaves e isenção para motocicletas;
- Maior rigor na proteção de mananciais;
- Maior incentivo à reforma agrária;
- Auditoria da Dívida Pública - A Auditoria deve resultar na devida suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Deve ser garantido o direito dos pequenos poupadores e da aposentadoria dos trabalhadores que participam de fundos de pensão. Os pagamentos da dívida financeira reduzem sobremaneira a capacidade do Estado em investir, por exemplo, nos direitos sociais – saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, saneamento, etc. Estas medidas devem resguardar os pequenos e médios detentores dos títulos da dívida pública, que não serão prejudicados.
- Fim das isenções às empresas.

## **2. Democratização do Estado e da participação popular**

As manifestações de junho de 2013 tiveram a marca de tirar as discussões sobre a realidade nacional dos gabinetes e levá-las para as ruas – *locus* primordial da mudança social. As manifestações apontam um caminho: a participação popular é a melhor via de superação dos problemas nacionais.

No estado de São Paulo, a situação é mais grave. Núcleo do capitalismo brasileiro, aqui prepondera o pensamento conservador, a exploração violenta do trabalho e o ‘cada um por si’. Não por outra, neste território governa a força política representante maior da direita liberal deste país.

### **PSDB desde a década de 1990**

Os últimos vinte anos no Estado de São Paulo foram marcados pelo descaso com os direitos básicos da população. Destacam-se aí a situação precária em que se encontra a rede estadual de ensino, o reduzido diálogo do governo com a sociedade civil, o desestímulo à participação popular e a crescente repressão política. Em suma, os últimos anos foram marcados por políticas elitistas e anti-populares.

Não se pode dizer, entretanto, que o tucanato não desfrute de certo apelo e apoio na sociedade paulista. A maior parte dos meios de comunicação aqui presentes é pró-governo e fração da igreja católica, idem. Além disso, inúmeras associações patronais e entidades civis compõem o bloco do governo.

Quando, por exemplo, o governo Alckmin demitiu 42 metroviários, em junho último, o número dos que aplaudiram a medida autoritária não foi pequeno. Quando o governo estadual lança mão de expedientes que lembram a ditadura – um bom exemplo são as intimações forçadas encaminhadas pelo DEIC contra ativistas do Movimento Passe Livre – tem também certo respaldo. Diante desse quadro se faz urgente interromper esse projeto privatista e autoritário levado a cabo pelo PSDB em São Paulo.

As duas outras postulações – do PMDB e do PT –, embora tenham nuances e particularidades, não diferem estruturalmente desse modelo.

Estes 12 anos de PT no governo federal, assim como estes 2 anos na prefeitura de São Paulo, expressam que não existe antagonismo na política macroeconômica entre os projetos destes partidos. No governo federal se mantém o empenho de quase metade do orçamento do estado com o pagamento das dívidas mobiliárias, impõem sobre os servidores federais os mesmos projetos meritocráticos e não garante serviços públicos de qualidade. Os gastos públicos com a copa, realizados pelos governos federal, estadual e municipal, expressam essa unidade no projeto macro e não podemos esquecer que a prefeitura da cidade de São Paulo foi derrotada junto com o governo do estado pelas manifestações populares de junho de 2013, contra o aumento das passagens de ônibus e metrô.

### **Na ‘democracia formal’, ausência de democracia.**

A redemocratização do Estado brasileiro foi profundamente frágil.

Resquícios da ditadura permanecem bem vivos no cotidiano e na própria estrutura do Estado, em particular na área da segurança pública. A lógica da repressão da ditadura continua viva para coibir aqueles lutam contra a pobreza aguda e a desigualdade social.

Não é possível conceber uma democracia em uma sociedade com tamanha desigualdade social e sem participação popular. Condições dignas de vida e o direito de fazer valer seus desejos são pré-requisitos para construir uma ‘vontade coletiva’, que seja não uma somatória de vontades, mas uma síntese que envolva as necessidades dos trabalhadores e da maioria do povo.

### **Escalada da repressão política**

Os casos recentes das prisões de jovens ativistas em protesto no período da Copa do Mundo constituem um ultraje à democracia.

Agora, o próprio direito à manifestação está posto em risco. Talvez este último ataque seja a cereja do bolo preparado pelo governo estadual que atacou o Pinheirinho, reprimiu absurdamente as manifestações de junho, demitiu grevistas, coagiu ativistas com intimações forçadas, prendeu sem provas.

### **Caminhos e fronteiras da mudança**

A democracia real será obra de milhões. Por isso é necessário estimular a participação popular, constituir conselhos populares deliberativos, denunciar o que está carcomido e somar forças para uma outra correlação que vá de encontro aos anseios da população.

## **3. Serviços Públicos e Direitos Sociais**

Os direitos sociais surgem como garantias básicas de vida na sociedade. Ou seja, para além da igualdade jurídica, surgem como forma de avançar em direção à igualdade de fato, como forma de estabelecer patamares mínimos de existência para qualquer ser humano. Direitos sociais, previstos na constituição, são garantidos por meio de políticas públicas.

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, diz o Art. 6º da CF.

As políticas de ajuste fiscal (privatização, corte de gastos, terceirização) no estado de São Paulo levaram ao sucateamento dos serviços públicos. Os direitos sociais foram pervertidos e transformaram-se em mercadorias, em grandes negócios.

O direito à saúde, uma das principais causas de insatisfação do paulista, é entregue às OSs; a educação é sucateada e os professores desvalorizados, e o governo impõe uma política de promoção automática como forma de disfarçar a péssima qualidade da educação no estado; a insegurança avança, com o aumento do número de assaltos, enquanto os policiais reivindicam melhores salários; a CDHU constrói pouco, sem financiamento; a mobilidade segue prejudicada pelo privilégio dado ao automóvel, enquanto a indústria do pedágio segue firme.

### **Na saúde, propomos:**

- Inversão de prioridades no orçamento, com estabelecimento de valores mínimos vinculados;
- Valorização do servidor público;
- Fim das OSs nos serviços de saúde e recuperação dos equipamentos dessa área por parte do Estado.

### **Na Educação, propomos:**

- 1) Estabelecer um regime de colaboração com os municípios para buscar soluções para a educação infantil que garanta atendimento integral às crianças.



2) Reformar os anos iniciais do ensino fundamental, tanto em termos curriculares como por meio da expansão de matrículas. O currículo vai voltar a ser mais amplo, deixando de ser exclusivamente focado em língua portuguesa e matemática. Ao mesmo tempo, serão expandidas as matrículas, considerando os projetos políticos pedagógicos das escolas.

3) O ensino fundamental é a etapa menos observada da educação básica no Estado de S. Paulo. Resultado: os alunos chegam com déficit de conteúdo no ensino médio. É necessária uma atenção especial a essa modalidade.

4) Reforma do ensino médio. O ensino médio deixou de fazer sentido aos adolescentes e jovens. Essa reforma buscaria articular o espaço da escola às identidades dos estudantes, essencialmente por meio da interação entre educação, cultura e empregabilidade. A ideia é tornar a educação mais atrativa e isso passa pela escola. Também é necessário reformar o currículo. Reformas verdadeiras, construídas com os profissionais de educação e comunidade escolar, respeitando o acumulado nos conselhos de escola.

5) Reforma curricular. A reforma curricular (do ensino fundamental e do ensino médio) será convocada pela secretaria de educação e envolverá representantes dos cursos de pedagogia e licenciaturas, associações acadêmicas, representantes da sociedade e sindicatos e principalmente os profissionais da educação e comunidade escolar, maiores interessados em uma educação que atenda as necessidades dos trabalhadores e da maioria da população.

6) Instituição do CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial). O CAQi está instituído no Plano Nacional de Educação (PNE). Ele é uma elaboração da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e determina quanto deve ser investido por aluno ao ano para que todas as escolas tenham: professores com política de carreira e formação continuada, número adequado de alunos por turma, laboratórios de informática, laboratórios de ciências, quadra poliesportiva coberta e bibliotecas.

7) Segundo levantamento do Observatório da Educação da Ação Educativa, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo é dominado, essencialmente, pelo setor privado. As raposas tomam conta do galinheiro em São Paulo. Isso deve acabar, pois a educação é um direito.

8) Revisão da fonte de recursos das universidades estaduais. São Paulo tem os melhores estabelecimentos de ensino superior. Contudo, estão sucateados e com dificuldades de expansão. É preciso aumentar a parcela de ICMS e de outros tributos a elas destinados. De imediato a aplicação de 11,9% do ICMS para as Universidades Estaduais Paulistas, valor apresentado pela comunidade.

9) No Centro Paula Souza ocorre uma expansão precarizada, reduzindo a qualidade do ensino. Por

isso, é necessária a ampliação das verbas para realizar ensino técnico e integral de qualidade sem redução da grade curricular.

10) Discussão e instituição do PEE (Plano Estadual de Educação), com forte participação da sociedade civil, como instrumento de articulação das políticas propostas acima. No caso de São Paulo, elevar o investimento em educação para 35% das receitas do Estado exclusivamente para a educação pública, assim como colaborar para a imediata aplicação de 10% do PIB para a educação pública.

11) Valorização dos profissionais de educação, aumentando os salários e oferecendo cursos de aperfeiçoamento em instituições públicas, com direito a licença sabática.

### **Política habitacional:**

A política habitacional implementada para as cidades no estado vai na contramão de uma solução efetiva. A intensificação de despejos de favelas, principalmente aquelas localizadas em áreas centrais, tem como objetivo não a solução de um problema habitacional, mas a utilização das terras como fonte de especulação imobiliária. O déficit de moradia em São Paulo é de mais de um milhão de casas. Todavia, mesmo com a vinculação de 1% do ICMS, os seguidos governos tucanos não têm investido para resolver o problema da moradia, desrespeitando ano a ano as metas de construção de moradia para o período. Da mesma forma, falta investir na regularização fundiária e na urbanização de favelas, notadamente na grande São Paulo.

Em resumo, a lógica do lucro ao capital prevalece no campo e na cidade, disputando terras e expulsando a população dos espaços de direito econômico e social. O programa da Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) inverte essas prioridades e afirma a necessidade de uma reforma agrária e urbana que ressignifique o território e coloquem a sustentabilidade social e ambiental no centro da ocupação das terras no estado de São Paulo, lutando contra a hegemonia do agronegócio no campo e da especulação imobiliária nas cidades.

### **Na moradia, propomos:**

1. Realização da reforma urbana com utilização de unidades desocupadas e combate à especulação imobiliária.
2. Execução plena do artigo 186 da Constituição Estadual e os dispositivos do Estatuto da Cidade, responsabilizando o poder público pelo cumprimento da função social da propriedade, destinando à reforma urbana e agrária aqueles em falta com a lei.

## **4. Direitos humanos e liberdades individuais**

O senso comum a respeito dos direitos humanos que as classes dominantes têm buscado forjar no Brasil aposta na dispersão e fragmentação deles e na individualização dos casos de violação, como se estes não fossem prática sistemática perpetrada muitas vezes por agentes do Estado ou com a sua conivência.

Assim, os segmentos oprimidos, dispersos, batalham entre si tanto pela representação nos espaços de participação como também por políticas públicas, programas e ações afirmativas que atendam suas demandas específicas, sem a articulação de um projeto de sociedade.

### **Criminalização dos movimentos sociais**

Vivemos um momento de novos desafios aos direitos civis no país. As revoltas de junho de 2013, iniciadas em São Paulo contra o aumento das tarifas do transporte público e depois irradiadas para todo o Brasil, escancararam no centro da cidade uma realidade cotidiana das periferias: a violência policial.

O *modus operandi* do governador Geraldo Alckmin (PSDB) em relação a manifestações é o cassetete, a bomba de gás lacrimogêneo e a bala de borracha.

Embora impulsionados sobretudo por jovens de classe média, o apoio conquistado pelas manifestações de junho abriram espaço para que movimentos populares as seguissem. É nesse contexto que o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), por exemplo, tem levado milhares às ruas para exigir direito à moradia e realizado ocupações, como a Nova Palestina, em que vivem cerca de 8 mil famílias, e a Copa do Povo, onde moram cerca de 2 mil famílias. O movimento tem conquistado algumas vitórias, como os recentes acordos de desapropriação das áreas ocupadas e construção de moradias populares por parte do governo federal e da prefeitura de SP. Outros movimentos, como o Luta Popular, também conquistaram moradia a partir da Ocupação Esperança, em Osasco.

Com o movimento sindical combativo, que ainda resiste à retirada de direitos sociais, demissões, reduções salariais e ataques ao direito de greve, o processo de criminalização também vem ocorrendo. Sofre pesadas multas, restrições de suas atividades através de “interditos proibitórios”, que, determinados pela justiça, impedem ações próximas das unidades de trabalho, além da repressão direta da PM. O caso mais recente e emblemático é o dos metroviários, cuja greve foi considerada “abusiva” pela Justiça. O Sindicato dos Metroviários acabou sofrendo ameaça de multas entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil por dia, além do congelamento de suas contas para garantia de pagamento. Foram demitidos por “justa causa” 42 funcionários e houve repressão da PM aos grevistas na estação Ana Rosa na manhã do dia 6/6/2014.

A Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) entende que lutar não é crime e defende as seguintes propostas:

- Fim da intimidação de manifestantes;
- Garantia de diálogo com movimentos de ocupação rural e urbana e atendimento das reivindicações por condições de vida dignas;
- Unificação das polícias, treinamento e reeducação dos policiais, visando prioridade ao policiamento preventivo e práticas que levem em conta os direitos humanos. É necessária a criação de polícias comunitárias e controle da ação policial pela sociedade, através de associações de moradores, sindicatos e movimentos sociais;
- Realizar uma ampla campanha pública de combate à violência;
- Desmilitarizar a Polícia Militar;
- Fazer valer a corregedoria da Polícia;

- Mudar a cultura de repressão brutal existente na polícia.

## **Cultura**

Vivemos um momento histórico privilegiado, com o surgimento e difusão de tecnologias da informação que permitem avanços em termos culturais, como o barateamento das produções e o aumento da capacidade de acesso aos bens culturais. No entanto, por conta do modelo de direitos autorais patrimoniais e patentes, grande parte da população continua sem acesso ao saber. É claro que o trabalho de criação precisa ser remunerado, mas não à custa da exclusão, cabendo ao Estado equacionar o problema e garantir a criação e o compartilhamento de ideias, imagens e pensamentos do modo mais simétrico possível.

Mas o apoio e o financiamento da cultura no Estado não podem estar vinculados ao direcionamento mercadológico e meritocrático de conteúdos. A diversidade e a abrangência que o desenvolvimento cultural livre exige dependem de um ambiente em que haja autonomia, acesso universal e livre manifestação, sem direcionamentos e restrições mercantis. O Estado deve ser um agente democratizador da produção de conhecimento, e não concentrador.

A Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) acredita num outro olhar sobre a cultura, que lhe dê mais atenção e veja sua democratização como exigência de uma cidadania plena.

### **Com esse objetivo, propõe as seguintes medidas:**

- Criação de programas de financiamento da cultura livre;
- Ampliação do acesso aberto à internet no Estado, inclusive com aprimoramento dos canais de comunicação do próprio governo via internet;
- Descentralização dos equipamentos culturais, focando as construções (centros culturais, salas de exibição, oficinas de arte etc.) e projetos itinerantes (caravanas de leitura, apresentações populares de teatro etc.) nas periferias das grandes cidades e nas cidades do interior;
- Incentivo a atividades de longa duração, como oficinas de cultura e arte, ciclos de palestras com artistas e pesquisadores, disseminação de publicações artísticas ou científicas, evitando limitar a política cultural a megaeventos ocasionais, que muitas vezes absorvem recursos importantes do orçamento da cultura, com escassos resultados a médio e longo prazo;
- Estímulo à ocupação democrática e plural dos espaços culturais administrados pelo Estado, com divulgação em escolas e comunidades e organização regular de visitas de comunidades com opções locais reduzidas;
- Viabilização da publicação de autores locais (peças teatrais, poesias, contos, romances etc.) através da Imprensa Oficial ou de parcerias com editoras;
- Elaboração de projetos voltados para a criação e formação de público para as artes, como o “Criança no teatro”, garantindo o acesso de alunos do ensino fundamental aos espetáculos infantis; o “Trabalhador no teatro”, estimulando os trabalhadores a assistirem a espetáculos de qualidade e refletirem sobre sua condição; e o “Jovens leitores”, com o objetivo de fornecer a alunos de ensino médio o hábito da leitura por meio da relação de obras canônicas da literatura brasileira e ocidental com outras contemporâneas e populares, estabelecendo a comunicação entre as esferas de produção ditas “popular” e “erudita”, com o consequente empoderamento e

liberdade que advém desse tipo de formação plena (tudo isso pode ser feito a partir de diminuição do preço dos ingressos, circulação de informações, organização de transporte gratuito e montagem de equipes de professores para monitoramento de sua implementação);

- Promoção de ações culturais inclusivas, reconhecendo a importância das ações afirmativas defendidas pelos movimentos de mulheres, de negras e negros, indígenas, quilombolas, LGBTQs etc.

- Reversão da tendência de “desmonte” da TV Cultura, com investimentos que garantam o funcionamento da emissora sem venda de horários na grade de programação e com produção nacional e internacional equilibradas de modo a privilegiar a primeira, além do estabelecimento de critérios claros para o exercício de um jornalismo crítico e plural.

### **Política para as mulheres**

A temática das mulheres perpassa os diversos aspectos de um programa de governo. Perceber a realidade excludente e desigual vivida pelas mulheres no mundo do trabalho; no acesso a direitos sociais como educação, saúde e moradia; no controle de sua sexualidade e direitos reprodutivos; e no cruel cotidiano da violência doméstica nos obriga a enfrentar seriamente essa questão, buscando caminhos para superar as relações sexistas em nossa sociedade.

Cinco são os pontos estruturantes desta discussão sobre política para mulheres: 1) saúde da mulher; 2) luta contra a violência sexista; 3) educação não sexista; 4) mulher e o mundo do trabalho; 5) mulher e mídia.

#### **- Saúde da mulher**

A participação dos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) tem sido reivindicada para melhor estabelecer o controle da qualidade dos serviços de saúde. Setores ligados aos movimentos sociais têm se articulado e mobilizado para que a saúde seja realmente de qualidade e para todos e todas, participando do controle social e propondo políticas específicas. A maioria dos usuários dos SUS nacionalmente é formada por mulheres e a população negra.

A precária situação da saúde das mulheres negras está diretamente relacionada à desigualdade de acesso aos serviços de saúde de qualidade. As principais causas de mortalidade materna são hemorragias, hipertensão, infecções puerperais, doenças do aparelho circulatório complicadas pela gestação, parto, puerpério e abortamento inseguro.

#### **- A luta pelo fim da violência contra a mulher**

Segundo pesquisa da Unifesp, apenas 10% das vítimas de violência sexual prestam queixa à polícia. As mulheres vítimas desse tipo de violência sentem-se constrangidas em estar em uma delegacia onde devem provar que foram agredidas, para além de tudo que sofreram. Outro elemento é a inexistência de serviços capazes de assistir as mulheres nesta situação. Não existem delegacias de mulheres suficientes e as poucas que há, devido à falta de verba, não têm estrutura e tampouco funcionários capacitados para atenderem este tipo de situação.

A promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, batizada de Lei Maria da Penha, em homenagem a Maria da Penha Fernandes, vítima de duas tentativas de homicídio por parte do ex-marido e que acabou paraplégica, constitui um avanço no âmbito jurídico no combate da violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei, mesmo limitada, reconhece a existência do problema e o caracteriza como crime. Porém, a lei foi insuficiente e se ampliaram os casos de violência contra as mulheres, porque o combate à violência depende de uma política eficaz de prevenção, com maior acesso à saúde, educação e trabalho para as mulheres. Por isso, para por fim à violência contra as mulheres é preciso investimento para a aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, construção de casas abrigos e punição aos agressores.

### **- Educação não sexista**

Defendemos uma educação não sexista, que busque socializar nossas crianças e jovens sob uma nova perspectiva, desconstruindo a imagem estereotipada do que é ser homem e ser mulher e todas as suas decorrências. Para tanto, é necessário reconhecer a escola como espaço privilegiado para combater a reprodução de preconceitos.

A Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) reafirma seu compromisso com a autonomia e dignidade das mulheres e propõe as seguintes medidas:

- Defesa da legalização do aborto, como questão de saúde pública, evitando a morte de mulheres pobres, principalmente negras, além da autonomia e o direito ao próprio corpo;
- A Secretaria de Saúde deve orientar os hospitais públicos a garantir a realização do aborto legal;
- Defesa e efetivação da Política Nacional de Saúde da População Negra, com a incorporação desta temática nos cursos de graduação de saúde;
- Acesso aos métodos contraceptivos e à gravidez assistida;
- Ampliar e equipar as delegacias de defesa da mulher;
- Criação emergencial de casas de abrigo;
- Creches públicas para atender toda a demanda necessária;
- Educação pública, gratuita, laica e não sexista;
- Salário igual para trabalho igual;
- Redução da jornada sem redução do salário;
- Criação de restaurantes e lavanderias públicas.

### **- Política para as negras e os negros**

Vem ocorrendo no estado de São Paulo um processo de violência de graves proporções contra a população negra que vive nas periferias.

Segundo pesquisa do delegado Orlando Zaccone, da UFF (Universidade Federal Fluminense), as polícias de SP e RJ executaram em 2011 cerca de mil pessoas valendo-se do expediente de “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”, que podem encobrir execuções sem direito de defesa. Ainda segundo a pesquisa, 99% dos casos, entre 2003 e 2009, não foram investigados, garantindo impunidade aos PMs. Com

esse número de homicídios, SP e RJ apresentaram registros de mortes violentas maiores do que os vinte países com pena de morte legalizada pesquisados pela Anistia Internacional.

O racismo nessas mortes é gritante, em especial dos jovens negros: segundo pesquisa com dados oficiais do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), o número de negros mortos em decorrência de ações policiais para cada 100 mil habitantes em São Paulo é três vezes maior que o registrado entre os brancos. Ainda segundo o estudo, 61% das vítimas da PM no Estado são negras, 97% são homens e 77% têm de 15 a 29 anos.

Felizmente, a SSP (Secretaria de Segurança Pública) de SP extinguiu os “autos de resistência” e a “resistência seguida de morte” em janeiro de 2013. Mas isso só não basta. É preciso demonstrar que o racismo em todas as suas manifestações é uma prática social com efeitos perversos na vida de milhões de paulistas e que tal prática é estrutural e muitas vezes apoiada, ativa ou passivamente, pelo Estado seus aparatos de repressão ou ideológicos. A Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) afirma a urgente necessidade de combater o racismo e garantir todos os direitos a trabalhadoras negras e negros. Nesse sentido, propõe as seguintes medidas:

- Construção democrática da política de segurança pública, envolvendo os movimentos populares, sociais, negro, indígena e de direitos humanos;
- Instituição de feriado estadual para o Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro;
- Criação de um Programa Estadual de Formação de Professores em Cultura Negra, Africana e Indígena coordenado pelas secretarias de Educação e Cultura;
- Interrupção da criação de CPDs (Centros Provisórios de Detenção) e unidades da Fundação Casa, tendo meta o respeito aos direitos civis, e criação de ouvidoria independente dessas instituições para investigar abusos e violações de direitos por parte das polícias civil e militar;
- Cotas nas universidades e no serviço público;
- Fim à violência racista que segrega e mata a juventude negra;
- Discriminização e controle das drogas leves e fim do tráfico;
- Pela extinção dos grupos de “justiceiros”, “milicianos” e “esquadrões da morte”;
- Apoio jurídico para todos os vitimados pelo racismo, o machismo e a homofobia.
- Atenção médica às enfermidades com maior incidência entre negros e negras, como anemia falciforme, diabetes, miomas e hipertensão, dentre outras.

## **Política para a comunidade LGBT**

A luta contra a homofobia em São Paulo, para avançar de fato, demanda investimento substancial na máquina pública, na qualificação dos servidores públicos, em políticas educacionais e culturais de integração social que desconstruam valores moralistas e discriminatórios ainda presentes na sociedade.

Contra isso e em defesa da cidadania LGBT, a Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) propõe as seguintes medidas:

- Promoção de políticas públicas de educação e cultura voltadas a ações que integrem a sociedade na prática da convivência, do respeito e da tolerância, com espaços de referência e convivência por todo o Estado para a

articulação da sociedade civil organizada com a população paulista, e incentivo financeiro mais eficaz às ações organizadas pelos próprios grupos LGBTs;

- Garantia plena de igualdade de direitos como o casamento civil;
- Implantação de cotas no serviço público para travestis e transexuais;
- A Secretaria de Saúde deve orientar os hospitais públicos a garantir a realização do processo de transgenitalização;
- Investimentos em segurança pública, com estruturação e qualificação de delegacias que possam garantir atendimento de acordo com os direitos humanos e criação de delegacias LGBTs especializadas no atendimento de casos de homofobia, nos moldes da Delegacia da Mulher;
- Articulação com universidades e entidades estudantis para a produção de pesquisas e a promoção de ações de cultura e extensão que fomentem a produção e difusão do saber em relação à temática LGBT;
- Parcerias com as entidades trabalhistas para a construção de projetos e ações com seus representados voltados ao respeito e à defesa dos direitos humanos, bem como projetos voltados para a qualificação e o recrutamento de travestis e transexuais no mercado de trabalho;
- Maior investimento em saúde para a garantia de atendimento especializado e desenvolvimento de saúde integral para a população LGBT;
- Apoiar manifestações de criminalização da homofobia; apoio ao PLC 122.

## **Direitos da criança e do adolescente**

Não podemos entender a violação dos direitos das crianças e adolescentes apartados da violação dos direitos humanos dos diversos segmentos.

A Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) propõe as seguintes medidas:

- Destinação de orçamento estadual para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente Estadual e repasse dos recursos aos municípios, assessorando-os no desenvolvimento de políticas locais destinadas à criança e adolescente;
- Respeito das propostas aprovadas em conferências, incluindo-as no ciclo orçamentário (PPA, LOA e LDO);
- Realização de diagnóstico da situação da criança e do adolescente no Estado de São Paulo;
- Extinção das unidades de internação da Fundação Casa e da Unidade Experimental de Saúde Mental, com criação de outras completamente desprivatizadas que de fato respeitem a lei, com o controle social, liberdade de fiscalização permanente dos órgãos responsáveis para esse fim e ouvidoria e corregedoria com estrutura e independentes;
- Fortalecimento da Defensoria Pública;
- Instituição de delegacias especializadas de combate a crimes praticados contra crianças e adolescentes e intensificação da ação preventiva nas regiões e locais de maior incidência de exploração sexual e tráfico dos mesmos;
- Criação de escolas regionalizadas de formação permanente com realização de formação para todos os servidores que atuem com crianças e adolescentes e campanha permanente de divulgação dos direitos da criança e do adolescente em veículos de comunicação.



Essa plataforma programática é uma base inicial para a Frente de Esquerda em SP abrir uma discussão com os movimentos sociais, a intelectualidade de esquerda e com todas e todos que buscam construir um projeto de mudanças sociais que favoreçam a maioria do povo e dos trabalhadores. Como fruto dessa empreitada coletiva, desenvolver um programa definitivo o qual defenderemos na campanha eleitoral.